

Estratégias de Desenvolvimento Rural para a redução da pobreza - o caso dos municípios de Alto-Cauale, Ambaca e Negage, Norte de Angola

Miguel Gonçalves Mbomba¹

MINADER

Pedro Damião Henriques²

M.^a da Conceição Rego³

M.^a Leonor da Silva Carvalho⁴

Universidade de Évora

Resumo

Este trabalho tem como objectivo identificar os principais constrangimentos de três municípios rurais do norte de Angola – Alto-Cauale, Ambaca e Negage – e propor estratégias para a redução da pobreza, aumentar o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações.

Os municípios estudados apresentam limitações muito semelhantes nos domínios das infra-estruturas, saúde e educação. O mesmo se passa em relação à principal actividade económica, a agricultura, caracterizada fundamentalmente pela utilização de variedades de baixo rendimento, baixo nível de tecnologia, degradação dos recursos naturais e mercados rurais ineficientes.

A melhoria das condições de vida das populações rurais passa por uma intervenção integrada de promoção do desenvolvimento rural, através da melhoria: 1) das infra-estruturas, das quais destacamos o abastecimento de água, de energia e as vias de comunicação; 2) dos níveis de saúde, educação e formação profissional; 3) das condições de produção agrícola; 4) da condição da mulher; e 5) do apoio institucional, público e privado, ao desenvolvimento.

Palavras-chave

Angola, Uíge, Kwanza Norte, Pobreza, Desenvolvimento rural.

¹ mbomba20@yahoo.com.br

² Departamento de Economia; pdamiao@uevora.pt

³ Departamento de Economia; mcpr@uevora.pt

⁴ Departamento de Economia; leonor@uevora.pt

1. Introdução

A Cimeira do Milénio realizada em 2000 foi um importante marco na história recente das Nações Unidas pois gerou uma agenda e objectivos comuns a seguir pelas diferentes regiões e países. A erradicação da pobreza e da fome, a primeira Meta a atingir, fixada por aquela Cimeira, é das mais importantes para os países da África Sub-Sahariana (ASS), onde Angola se encontra inserida. Para a concretizar é necessário definir os instrumentos de política a seguir e, em seguida, fazer a abordagem necessária à sua implementação.

Um dos maiores problemas observados nas zonas rurais de Angola é a pobreza. Uma das medidas de pobreza é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que Angola é o 162.º país entre 173. Em 2000, cerca de 68% da população vivia com menos de 1,7USD por dia e cerca de 28% da população era extremamente pobre, ou seja, vivia com menos de 0,7 USD por dia. A pobreza afecta de forma diferente os agregados familiares urbanos e rurais. Em 2000, cerca de 57% da população urbana era pobre, enquanto no meio rural esse valor subia para 94% (Primo, Cabral e Baptista, 2006). Embora estes indicadores possam estar desactualizados face à evolução positiva na melhoria das condições de vida da população Angolana nos últimos 5 anos, por certo que os seus valores ainda estão aquém dos objectivos do milénio.

As causas da pobreza rural são de ordem diversa, indo do longo conflito armado que assolou o País, terminado há apenas cinco anos, passando pela baixa fertilidade do solo, pela utilização de variedades de baixa qualidade, pela vulnerabilidade genética da mandioca às doenças, pela fraca diversificação das culturas alimentares e nutricionais, pela falta de água potável, e ainda pelo mau estado das vias de comunicação, mormente as secundárias e terciárias, pela falta de infra-estruturas de apoio à produção agrícola (irrigação, extensão, crédito rural, pesquisa agrícola, mercados e comercialização), pela ausência de uma rede de infra-estruturas sociais (saúde, educação, formação profissional de mão-de-obra e abastecimento de água) e pela baixa capacidade institucional a nível da base. Estas limitações reflectem-se principalmente na fraca educação sanitária das comunidades rurais, na assistência técnica agrícola inadequada, no baixo nível de escolaridade das comunidades rurais e em formas de percepção e compreensão míticas (convicções tradicionais) que muitas

Estratégias de Desenvolvimento Rural para a redução da pobreza - o caso dos municípios de Alto-Cauale, Ambaca e Negage, Norte de Angola

vezes habitam no homem rural, gerando, passividade ante os desafios da natureza e do desenvolvimento.

As consequências da pobreza rural reflectem-se em baixos rendimentos dos agregados familiares, gerando mais pobreza, num ciclo vicioso, em que o grande desafio/vitória de qualquer família é romper esse ciclo, para elevar o bem-estar económico e social, rumo a uma vida digna.

A hipótese a testar com este estudo é a de que, para o actual quadro existente nos diferentes municípios, em que existem lacunas ao nível das diferentes infra-estruturas sociais e económicas, a diminuição da pobreza só é possível através duma actuação integrada das diferentes instituições, públicas e privadas, na formulação e execução das políticas de apoio ao desenvolvimento.

Este trabalho tem como objectivo identificar os principais constrangimentos de três municípios rurais do norte de Angola, Alto-Caulae, Ambaca e Negage (Figura 1), e propor estratégias para a redução da pobreza, aumentar o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações.



Fig. 1 – Municípios estudados: Kwanza Norte - Ambaca (Camabatela)
e Uíge - Alto-Cauale (Kangola) e Negage

Miguel Gonçalves Mbomba, Pedro Damião Henriques, M.^a da Conceição Rego e M.^a Leonor da Silva Carvalho

Este estudo deverá proporcionar dados relevantes para os agentes ligados ao desenvolvimento rural e deverá ainda procurar identificar uma nova postura no ‘homem rural’ de modo a ser capaz de vencer as barreiras que dificultam a racionalização do seu esforço produtivo propondo medidas para:

- Melhorar a produtividade agrícola de forma sustentável e aumentar a diversificação cultural, a eficiência, a segurança alimentar e os rendimentos agrícolas assegurando, ao mesmo tempo, a minimização dos riscos para o ecossistema;
- Promover a auto-suficiência dos agricultores no desenvolvimento e aperfeiçoamento da infra-estrutura rural e facilitar a transferência de tecnologias adaptáveis e ambientalmente saudáveis para os sistemas integrados de produção e cultivo;
- Criar oportunidades de emprego tanto em actividades agrícolas como noutros sectores de actividade.

2. Metodologia de Análise

O método de análise seguido baseou-se numa análise descritiva de dados obtidos através de pesquisa bibliográfica e dos dados de campo recolhidos na zona seleccionada para estudo. Os dados permitiram fazer o diagnóstico da situação e propor medidas de desenvolvimento rural para o combate à pobreza.

Na colheita de dados de campo foram utilizadas: 1) entrevistas com base num guião não rígido, as quais foram feitas a líderes locais, quer nas sedes dos municípios como nas aldeias; e 2) e inquéritos por questionário feitos aos agricultores dos municípios estudados.

Relativamente aos inquéritos por questionário foram inquiridas três aldeias em cada município e, em cada uma delas, três agricultores. No total foram inquiridos 27 agricultores para os três municípios estudados. As aldeias estudadas em cada município foram as seguintes: Município de Alto-Cauale – Cangola, Quilenduca e Quinguzu; Município de Ambaca – Luque, Quimaco e Fuma; e Município de Negage – Quituia, Cazanga e Quindandu.

3. Caracterização e Constrangimentos dos Municípios

Estimativas de 2002, resultantes da extrapolação a partir do Censo de 1970, para a população de Angola, apontam para a existência de cerca de 13 milhões de habitantes no país. A ser assim, a população cresceu a uma taxa média anual de 3% e a percentagem de população rural tem vindo a diminuir desde a década de 70, atingindo nos anos mais recentes valores próximos de 60%.

A esperança de vida da população é cerca de 46 anos. A população é muito jovem: cerca de 50% tem menos de 15 anos de idade, 40% tem menos de 10 anos e somente 2% tem mais de 65 anos (Primo, Cabral e Baptista, 2006). Esta distribuição populacional disponibiliza, e disponibilizará no futuro, uma entrada no mercado de trabalho, todos os anos, de um número significativo de jovens, colocando-se a questão da capacidade da economia rural e urbana em absorver esta mão-de-obra. Se tal não acontecer, é provável que a problemática da pobreza continue a assolar o país, através do desemprego.

Do ponto de vista sanitário, o país apresenta uma elevada taxa de mortalidade infantil, 15%, e materno-infantil, 25%. Estas elevadas taxas de mortalidade são acompanhadas por uma elevada taxa de fertilidade: cerca de 7,2 filhos por mulher.

Sendo a maior parte da população residente nas zonas rurais a energia maioritariamente utilizada é o carvão e a lenha, enquanto nas zonas urbanas se utiliza algum gás butano. No saneamento básico, o país apresenta deficiências tanto ao nível do abastecimento de água como do tratamento de resíduos sólidos e efluentes (Pacavira e Pacheco, 2006).

A actividade económica é dominada, em valor, pelo PIB petrolífero que representa mais de 50% do total do produto do país. As receitas do petróleo financiam em cerca de 80% as despesas do estado. O peso do valor da actividade agrícola diminuiu na década de 90, passando de 24% do PIB em 1991, para cerca de 8% em 2001. No conjunto da produção agrícola, a produção animal foi aquela que mais se ressentiu com as limitações observadas na década de 90 e em que a dependência externa foi e ainda é mais marcada: cerca de 45% do consumo de produtos animais tem origem externa. A população activa agrícola é de cerca de 85%, estimando-se que o desemprego ronde valores próximos de 30% (Neto, Baptista e Cabral, 2006; Primo, Cabral e Baptista, 2006; Pacavira e Pacheco, 2006).

O sector agrícola angolano é dominado pelas empresas agrícolas familiares que representam a quase totalidade das unidades de produção, uma vez que as unidades empresariais representam somente 0,2% do total (Quadro 1). Em termos de área ocupada, a situação é ligeiramente diferente, ocupando as unidades empresariais cerca de 40,7% da área. Como resultado desta dualidade entre número e área, a área média das unidades familiares é bastante pequena, cerca de 1,37 hectares que contrasta com os 515,1 hectares do sector empresarial.

Quadro 1 – Número de Empresas, Distribuição da Terra e Área Média

Item	Sector Tradicional	%	Sector Empresarial	%
Famílias/Empresas	2 242 439	99,8	4 282	0,2
Área total (Ha)	3 207 483	59,3	2 205 458,8	40,7
Área média (Ha)	1,37		515,1	
Reconhecimento dos títulos de propriedade	Maior dificuldade		Menor Dificuldade	

Fonte: Primo, Cabral e Baptista, 2006

As empresas agrícolas familiares são entendidas como unidades formadas pelas famílias nucleares que recorrem principalmente ao seu agregado para as actividades de produção e que beneficiam dos resultados decorrentes dessa actividade. Estas empresas têm como estratégia assegurar a satisfação das necessidades alimentares do agregado familiar, a par da produção de excedentes para comercialização, com maior ou menor importância, conforme a região.

O sector camponês deve ser visto como pertencendo a um estrato social, dentro de qualquer sistema político e económico, e a sua importância decorre da dupla função dos agregados familiares: simultaneamente unidades de produção e de consumo. Para os camponeses, a segurança e a subsistência representam factores fundamentais que estão ligados a direitos relativamente à terra, aos outros recursos naturais e ao trabalho familiar.

As empresas agrícolas familiares podem ser influenciadas por factores decorrentes do sistema económico regional e nacional, não controláveis, e por vezes condicionantes da sua actividade produtiva e da satisfação das suas condições de vida, uma vez que as comunidades rurais estão directa e ou indirectamente inseridas na sociedade global.

Deste modo, as empresas agrícolas familiares não podem ser vistas como uma categoria monolítica, isolada e imutável no tempo.

O principal capital para o investimento da empresa agrícola familiar é constituído pelo trabalho familiar e pelos recursos naturais disponíveis, enquanto o seu usufruto é partilhado pela comunidade de base a que pertence a família e à qual está estruturalmente ligada. A exploração das culturas e a criação dos animais insere-se numa lógica de adaptação ao meio ambiente. O recurso a meios de produção exteriores à comunidade, envolvendo custos financeiros, está em grande medida ligado à capacidade de obter produções que entram no circuito mercantil e que, desse modo podem repor o seu custo.

A empresa agrícola familiar insere-se numa dinâmica social que envolve não só a família restrita, como também a comunidade em que está inserida e que determina as regras de solidariedade e inter ajuda, em termos de direitos e de deveres. Em síntese, na sociedade camponesa os factores ambientais, económicos e sociais, interligam-se e interactuam, concorrendo para a sobrevivência das famílias e do grupo e para o seu desenvolvimento.

3.1 Caracterização sócio-económica dos municípios

Nos municípios da área de estudo, o número de comunas é de 3 para o município do Alto-Cauale, 5 para Ambaca e 3 para o Negage. Para o município de Alto-Cauale, as comunas são Cangola (Sede), Bengo e a Caiongo; para Ambaca, temos a comuna de Camabatela (Sede), Tango, Luinga, Maúa e Bindo e para o município de Negage, as comunas são Dimúca, Quisseque e a Negage (Sede). Cada comuna está constituída por regedorias e essas, por sua vez, constituídas por aldeias, cuja organização social é gerida por Regedores e Sobas, respectivamente.

O estado das vias de comunicação é muito mau no município de Alto-Cauale, agravado pela existência de pontes partidas devido ao conflito armado (a ponte sobre o rio Lucala que ligava este município ao Ambaca e a do rio Lulóvo que ligava o referido município ao Negage) e mau nos restantes dois municípios por falta de obras de restauro e manutenção.

O saneamento básico é muito mau agravado pela falta de meios de recolha de lixo nas sedes municipais, pelo crescimento desordenado dos bairros periféricos em redor das sedes municipais, pela fraca capacidade de abastecimento de água em alguns casos e noutros pela falta de água, e fraca educação sanitária das comunidades

rurais e até mesmo urbanas. Assim, podemos afirmar que grande parte da população vive em locais com saneamento básico deficiente. O fornecimento de energia eléctrica está limitado às sedes municipais de Alto-cauale e Ambaca.

No que diz respeito à educação e saúde, tanto o número de escolas, como o número de professores e de profissionais de saúde é insuficiente para satisfazer a procura (Quadro 2). Tendo em conta o número reduzido, quer dos profissionais de saúde quer das infra-estruturas de saúde, a oferta desses serviços é bastante deficitária. As principais doenças observadas e mais referidas pela população são a malária, a diarreia e a tosse. Será de referir também o elevado número de alunos fora do sistema de ensino, devido a circunstâncias várias, entre as quais, a pobreza que leva à necessidade de os alunos trabalharem para a família, a uma cobertura deficiente de profissionais de educação e à negligência e à falta de interesse da família.

É de realçar o apoio das Associações de Naturais e Amigos dos municípios estudados, Organizações não Governamentais (ONGs) nacionais, que em certas ocasiões, têm feito acções de assistência de emergência nos três municípios, bem como a actividade de duas ONGs internacionais que se dedicam à área da saúde (Alto-Cauale) e da educação (Negage).

Quadro 2 – Principais Características da Saúde e Educação dos Municípios

Item	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
População	75 023	70 437	134 380
Água	Rio sem tratamento	Canalizada na sede	Canalizada na sede
Electricidade	Sede	-	Sede
N.º escolas primárias	79	79	56
N.º de professores	409	318	846
N.º de alunos	8113 (11500)*	7156 (-)*	22917 (3397)*
Postos de saúde	12	10	22
Centros de saúde	-	1	3
N.º de enfermeiros	16	12	59
N.º de médicos	-	-	3
Principais doenças	malária, diarreia, tosse		

() * Alunos fora do sistema de ensino. Fonte: entrevistas aos líderes locais

Na região em estudo, a população dedica-se maioritariamente à agricultura, a indústria é quase inexistente e os serviços são dominados pelos serviços públicos do Estado. A precipitação varia entre 1100 e 1800mm, com uma distribuição regular entre os meses de Setembro a Dezembro e entre a segunda quinzena de Fevereiro e a primeira quinzena de Maio. O período entre Dezembro e Fevereiro é designado de pequeno cacimbo e de Maio a Setembro de cacimbo (período seco). A erosão não parece ser, de momento, um aspecto relevante para a produtividade das actividades agrícolas. É uma zona caracterizada por pasto abundante, considerado ideal para a criação de gado de corte.

As empresas agrícolas são predominantemente familiares, assegurando grande parte das necessidades de consumo do seu agregado com a produção própria, embora estejam presentes também empresas familiares que apresentam uma economia nitidamente influenciada pela produção mercantil (IDA/MINADER, 2004).

Todos os municípios possuem serviços locais de agricultura e floresta, com excepção do município de Alto-Cauale que não possui serviços de veterinária. É de registar a existência de uma brigada técnica do café nos municípios de Ambaca e do Negage, apesar da cultura do café estar em regressão e ter sido substituída por outras culturas como a mandioca, o feijão e o milho.

Em todos os municípios existem associações e cooperativas agrícolas, sendo o seu número mais elevado no município de Alto-Cauale. As suas actividades principais são os serviços de microcrédito e crédito de campanha. O comércio é deficiente pelo reduzido número de mercados rurais permanentes, fazendo-se no entanto de modo informal algumas trocas e vendas de produtos (Quadro 3).

Quadro 3 – Número de Empresas Agrícolas, Associações e Mercados

Item	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
N.º de empresas agrícolas familiares	12 878	13 462	22 397
N.º de associações e cooperativas	82	20	22
N.º de mercados municipais	1	1	1
N.º de mercados comunais	2	4	2
N.º de mercados permanentes	1	1	2
N.º de mercados não permanentes	5	7	5

Fonte: entrevistas aos líderes locais

As principais culturas agrícolas são a mandioca, a batata-doce, o milho, o feijão, a cana-de-açúcar e o café. Dentro das frutícolas, destacam-se a banana, o abacate e o abacaxi. De realçar a experimentação que está a ser realizada com a cultura do arroz no município do Negage, a qual, no futuro, poderá ser uma alternativa para os agricultores, em termos de alimentação e de rendimento. A preparação das terras é maioritariamente manual, havendo algumas áreas mecanizadas nos municípios de Negage e de Ambaca. A actividade pecuária é menos expressiva que a actividade vegetal, dominando a criação de ovinos, caprinos, suínos e galinhas, e sendo os efectivos bovinos de iniciativa empresarial, reduzidos.

As culturas ao longo do ano estão distribuídas por três períodos:

- 1.^a Época – Setembro a Janeiro – Mandioca e Batata-doce
- 2.^a Época – Fevereiro a Maio – Feijão e Milho
- Época das Hortícolas – Maio a Setembro - Repolho, Tomate, Couve.

São praticadas várias consociações, sendo de salientar aquela que é formada pelas culturas da mandioca*feijão*amendoim*milho. As principais doenças observadas nas culturas vegetais o mosaico da mandioca, a toupeira e a lagarta do feijão e para as actividades animais a doença de *newcastle* e a peste suína africana.

Os principais produtos vendidos são o bombóm (mandioca processada), o maruvo (bebida), a batata-doce, a banana, as hortícolas, o café, os animais de pequeno porte e as aves, comprando-se aqueles produtos que não são produzidos localmente como o peixe (seco ou congelado), sabão e roupa usada. A dieta da população é pouco diversificada, feita á base de funje de bombom com quisaca, batata-doce e milho fresco.

3.2 Caracterização sócio-económica das zonas rurais

Na sua grande maioria, os agricultores entrevistados são mulheres, com idade média entre os 43 anos e os 47 anos. Sensivelmente metade não foram à escola, e os que a frequentaram apresentam um nível de escolaridade entre a 2.^a classe e a 5.^a classe. O número médio de filhos por família varia entre 7,2 e 5,3, existindo uma diferença entre os filhos em idade escolar e os que frequentam a escola, que se deve ao facto de alguns jovens ajudarem as famílias nas actividades produtivas (Quadro 4). Neste caso, as meninas são mais penalizadas que os rapazes, o que indicia alguma discriminação baseada no género.

Estratégias de Desenvolvimento Rural para a redução da pobreza - o caso dos municípios de Alto-Cauale, Ambaca e Negage, Norte de Angola

Quadro 4 – Características dos Agricultores Entrevistados

Item	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Sexo F (%)	67	78	56
Sexo M (%)	33	22	44
Idade média (anos)	47	43	45
Agricultor sem escolaridade (%)	56	33	44
Agricultor com escolaridade (%)	44	67	56
Agricultor alfabetizado (%)	11	11	33
Número médio de filhos	7,2	6,7	5,3
Número de filhos em idade escolar	4	4,9	3,3
Número de filhos na escola	3,3	3,9	2,6

Fonte: inquérito aos agricultores

A maioria das habitações é construída com adobe, o telhado é de capim e o chão de terra. O abastecimento de água é feito a partir de riachos; a distância percorrida para proceder à recolha de água varia entre os 1,5 Km e os 1,8 Km e é essencialmente desempenhada pelas mulheres e crianças (Quadro 7). A utilização de água não tratada pode causar diversas doenças, como por exemplo a diarreia, as quais podem provocar mortalidade e prejuízos económicos, quer no presente quer no futuro. As longas distâncias percorridas pelas crianças e jovens ocupam uma parte substancial do seu dia a dia, entrando em conflito com outras actividades, principalmente as de aprendizagem escolar, o que em muitas situações hipoteca ou reduz as oportunidades na idade adulta.

Quadro 5 – Dados sobre Habitação

Item	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Tipo de construção da casa (%)	Pau-a-pique-11	Pau-a-pique-0	Pau-a-pique-0
	Adobe-89	Adobe-100	Adobe-100
Tipo de cobertura da casa (%)	Capim-89	Capim-56	Capim-78
	Chapa-11	Chapa-44	Chapa-22%
Tipo de abastecimento de água (%)	Rio-100	Rio-100	Rio-100
	Cacimba-0	Cacimba-0	Cacimba-0
Distância do abastecimento de água	1,8 Km	1,5 Km	1,6 Km

Fonte: inquérito aos agricultores

Miguel Gonçalves Mbomba, Pedro Damião Henriques, M.^a da Conceição Rego e M.^a Leonor da Silva Carvalho

Os alimentos são cozinhados utilizando como fonte de energia preferencial o carvão, no Alto-Cauale e Negage, e a lenha em Ambaca. A maioria dos agricultores toma 2 refeições por dia no Alto-Cauale e Negage e 3 em Ambaca. Esta diferença deve-se ao facto de no município de Ambaca a produção de mandioca ser bastante relevante. Na maior parte das situações, é a mulher quem desempenha as actividades domésticas e agrícolas, conquanto os homens façam a esteira no Alto-Cauale e Ambaca e esta tarefa seja repartida pelo casal no Negage (Quadro 6).

Quadro 6 – Dados sobre Condições de Vida

Item	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Energia para cozinhar (%)	Lenha-44 Carvão-67	Lenha-66 Carvão-44	Lenha-56 Carvão-78
N.º de refeições por dia (%)	2 – 78 3 – 22	2 – 33 3 – 67	2 – 78 3 – 22
Quem trabalha mais (%)	Mulher-89 Homem-11	Mulher-89 Homem-11	Mulher-100 Homem-0
Quem faz a esteira (%)	Homem-100 Mulher-0	Homem-100 Mulher-0	Homem-50 Mulher-50
Escolas com casa de Banho, uniforme, merenda e material (%)	Casa de banho-0 Uniforme-56 Merenda-0 Material-22	Casa de banho-33 Uniforme-89 Merenda-0 Material-89	Casa de banho-0 Uniforme-44 Merenda-0 Material-11
Aldeias com postos de saúde (%)	0	33	100
Parteiras tradicionais (%)	100	100	100
Já ouviu falar de planeamento familiar (%)	22	56	56
Já fez planeamento familiar (%)	11	11	11

Fonte: inquérito aos agricultores

A maioria das escolas não tem casa de banho e não fornece merenda, os alunos utilizam uniforme, especialmente, em Ambaca e somente neste município os pais têm capacidade económica para comprar material escolar para os seus filhos.

No que diz respeito à saúde, as aldeias do município de Alto-Cauale não têm posto de saúde, enquanto uma aldeia em Ambaca e as três de Negage possuem centro de saúde. Nas aldeias dos três municípios existem parteiras tradicionais para

auxiliar na tarefa dos partos. Cerca de metade dos entrevistados já ouviu falar de planeamento familiar em Ambaca e Negage e somente 22% no município de Alto-Cauale. Destes, uma reduzida percentagem, cerca de 11%, fez planeamento familiar.

A área média das explorações varia entre 1,1 hectares para o Negage e 1,6 hectares para Ambaca. As explorações ficam a uma distância importante da casa, entre 5 e 6 Km. A totalidade dos agricultores prepara as lavouras manualmente utilizando maioritariamente mão-de-obra familiar, sendo que o município de Ambaca é aquele que utiliza uma maior percentagem de mão-de-obra contratada (56%). Nos municípios de Alto-Cauale e de Ambaca as lavras são feitas pelo casal em 56% dos casos, enquanto no município do Negage, mulher e homem fazem lavras diferentes em 67% das situações. A espécie pecuária dominante é a das aves de capoeira, logo seguida pelos caprinos, suínos e ovinos. A produção pecuária destina-se essencialmente à venda e ao auto-consumo, sendo mencionada também a sua utilização em cerimónias. Esta utilização é mais relevante no Alto-Cauale, em que 33% dos agricultores a referiram (Quadro 7).

Quadro 7 – Características da Agricultura

Item	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Área média (hectares)	1,5	1,6	1,1
Distância da casa à lavra	5,5 Km	5,2 Km	5,7 Km
Preparação manual de terras (%)	100	100	100
Contrata trabalhadores (%)	22	56	33
Utiliza só trabalho familiar (%)	78	44	67
Marido e mulher lavram em conjunto (%)	56	56	33
Marido e mulher lavram terras diferentes (%)	44	44	67
Tipo de animais que o agricultor possui (%)	Ovinos-11	Ovinos-33	Ovinos-0
	Caprinos-22	Caprinos-33	Caprinos-44
	Suínos-33	Suínos-11	Suínos-33
	Aves-56	Aves-44	Aves-100
Destino que o agricultor dá aos animais (%)	Venda-44	Venda-78	Venda-100
	Autoconsumo-56	Autoconsumo-33	Autoconsumo-100
	Cerimónias-33	Cerimónias-11	Cerimónias-11

Fonte: inquérito aos agricultores

Miguel Gonçalves Mbomba, Pedro Damião Henriques, M.^a da Conceição Rego e M.^a Leonor da Silva Carvalho

No que diz respeito aos preços de mercado dos produtos, a maioria dos agricultores considera-os baixos. Em relação ao rendimento obtido, os agricultores do Negage acham que ele é maioritariamente mau, os de Ambaca bom, e os de Alto-Cauale dividem-se entre o bom, mau e muito mau. Estas diferenças devem-se ao facto de os agricultores conseguirem, ou não, uma produção suficiente para o auto-consumo familiar e alguma para venda, e ainda ao efeito negativo das pragas e doenças, em que o município de Alto-Cauale tem sido o mais afectado. A grande maioria dos agricultores utiliza sementes próprias, sendo de relevar que no Negage 44% dos agricultores já utilizaram sementes do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER) ou de ONGs. Nenhum agricultor beneficiou de microcrédito, sendo que, nos municípios de Ambaca e Negage, 33% dos agricultores beneficiaram do crédito de campanha (Quadro 8). É de salientar que **nos municípios estudados não existem instituições vocacionadas para o microcrédito nem bancos comerciais.**

Quadro 8 – Dados da Produção e da Comercialização

Item	Alto-Cauale	Ambaca	Negage
Como considera os Preços de Mercado (%)	Altos-0	Altos-0	Altos-0
	Médios-11	Médios-33	Médios-11
	Baixos-89	Baixos-67	Baixos-89
Como considera o Rendimento	Bom-44	Bom-67	Bom-11
	Mau-22	Mau-33	Mau-78
	Péssimo-33	Péssimo-0	Péssimo-11
Usa Sementes do Minader ou de ONGs (%)	11	22	44
Beneficiou de microcrédito (%)	0	0	0
Beneficiou de crédito de campanha (%)	0	33	33
Quem vende no mercado (%)	Mulher-33	Mulher-56	Mulher-63
	Homem-22	Homem-11	Homem-0
	Ambos-44	Ambos-22	Ambos-37
Vende em que tipo de mercado (%)	Aldeia-56	Aldeia-56	Aldeia-44
	Vila-44	Vila-44	Vila-56
Deslocações para o mercado (%)	Pé-89	Pé-67	Pé-57
	Carro-11	Carro-33	Carro-43

Fonte: inquérito aos agricultores

A actividade de venda no mercado é maioritariamente feita pelas mulheres, sendo o valor máximo verificado no Negage (63%), mas também pelo casal, sendo neste caso o valor máximo verificado no Alto-Cauale (44%). As vendas são repartidas, sensivelmente em partes iguais, nos mercados da aldeia e nos mercados da vila. A deslocação ao mercado é feita na maioria das vezes a pé, sendo o município do Negage aquele em que os agricultores se deslocam mais de carro.

3.3 Principais constrangimentos dos municípios

De acordo com a caracterização feita anteriormente os constrangimentos observados podem ser divididos em: *i)* gerais, *ii)* da saúde e educação, *iii)* sociais, *iv)* da produção agrícola e *v)* dos mercados.

Ao nível dos constrangimentos gerais salientamos as limitadas infra-estruturas de habitação, a falta de crédito e assistência técnica, a deficiente infra-estrutura viária rural para a movimentação dos factores produtivos e da produção e as lacunas nos transportes para apoiar a população que vive no meio rural.

Na área da saúde e da educação são visíveis os limitados serviços de saúde, bem como o limitado número de escolas e respectivas infra-estruturas deficientes, a limitada experiência e qualificação profissional dos técnicos agrícolas e a prevalência de algumas doenças como a malária.

No que diz respeito à produção agrícola são de mencionar os baixos níveis de produção e produtividade, a reduzida oferta e uso de modernos factores produtivos (sementes melhoradas, ferramentas, fertilizantes e máquinas), a presença de doenças e pragas, o baixo rendimento económico da actividade agrícola familiar, o uso extensivo e a degradação de alguns recursos naturais e a ausência de infra-estruturas de processamento e conservação da produção.

Em relação aos mercados é de fazer alusão ao colapso do sistema de comércio de factores produtivos e produtos, a ausência de estabelecimentos comerciais nas sedes de Municípios para abastecimento das populações em bens essenciais e de consumo, a quase inexistência do comércio formal nas zonas rurais bem como a inexistência de mercados, ou a sua inadequação, havendo, por outro lado, uma intervenção significativa do sistema informal.

4. Estratégia de Desenvolvimento Rural

A valorização dos recursos específicos de um território rural, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento rural pertinente e adaptada ao contexto local afirma-se cada vez mais como condição obrigatória para a transformação socioeconómica de uma determinada zona, através da participação e da colegialidade, procurando incentivar os cidadãos na solução dos problemas locais, ou seja, mediante estratégia de desenvolvimento que combine o *upgrade* dos recursos humanos da população pobre com a criação de oportunidades da sua efectiva utilização produtiva, bem como aproximar os serviços públicos às populações de modo a garantir a celeridade, a desburocratização e a adequação das decisões à realidade local.

Tendo em conta os constrangimentos observados nos municípios estudados propomos de seguida um conjunto de medidas para aliviar a pobreza e promover o desenvolvimento e o bem-estar das populações rurais dos municípios estudados, as quais passam pela recuperação das vias de acesso e respectiva desminagem, gestão da água e electricidade, reforço das infra-estruturas físicas e humanas, apoios à produção agrícola, participação da mulher, apoio institucional e gestão e acompanhamento dos programas de desenvolvimento.

Recuperação das vias de acesso e desminagem

A rede de estradas primárias, secundárias e terciárias do país encontra-se degradada, impondo-se a sua urgente recuperação para que se respire o alívio na circulação de pessoas e o escoamento dos produtos das zonas de produção para os mercados, assim como os produtos manufacturados e outros cheguem a preços acessíveis às zonas rurais.

Entretanto, para além do restabelecimento das vias de acesso e a construção de picadas, de pontes – ainda que seja a colocação de pontes provisórias (pontes metálicas) –, o banimento dos engenhos mortíferos que o conflito armado deixou na rede viária e em terras aráveis é deveras inseparável no processo de combate a pobreza.

Gestão da água nas actividades económicas, utilização doméstica e energia eléctrica

Os recursos hídricos são usados em vários sectores, principalmente para o uso doméstico (o de uso directo para o homem), para o uso agrícola e florestal, para a

indústria, para a mineração, para a recreação, para produção de energia, para a piscicultura, e para a manutenção de ecossistemas protegidos e não explorados. O potencial hídrico do nosso país é suficiente para satisfazer todas as suas necessidades, havendo somente que hierarquizar as prioridades em termos de satisfação da procura, e nessa perspectiva o consumo humano deverá ser a primeira prioridade.

A administração do abastecimento e da qualidade da água e o controlo da sua contaminação são aspectos cruciais para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Assim sendo, a melhoria dos serviços de fornecimento de água potável às comunidades que carecem deste recurso é um elemento chave para a melhoria do bem-estar das populações.

O estudo Relatório Económico de Angola (2006), para além das referências ao potencial do rio Keve e Cunene e à possibilidade da construção de empreendimentos hídricos, também faz referência à possibilidade de construção de 10 barragens na bacia do rio Lucala, que banha os territórios de Negage, Alto-Cauale, Ambaca e não só (Angola Press, 25 de Dezembro de 2006). Mais recentemente, a 27 de Junho de 2007, o Governo angolano aprovou o “programa água para todos” que visa o abastecimento de água às comunidades rurais. A concretização destas acções trará enormes benefícios à promoção do abastecimento público, da produção de energia, ao desenvolvimento das infra-estruturas de regadio e a uma gestão eficiente dos perímetros de rega (aproveitamento hidráulico dos vales e das bacias), premissas fundamentais para satisfazer as necessidades em água e energia das populações e à estabilidade da produção agrícola.

Por outro lado, onde não houver necessidade de montagem de grandes sistemas de captação de água, com a perfuração de poços a bomba de sucção submersível e a captação por gravidade, é benéfico para a saúde das comunidades e também se reduz o pesado fardo que as mulheres têm que suportar em carregar água em baldes pesados por longas distâncias e consequentemente a melhoria dos hábitos higiénicos da população, especialmente das crianças, que são as principais vítimas da debilidade dos sistemas de abastecimento de água.

Reforço das infra-estruturas físicas e humanas na área da saúde e educação

O reforço das infra-estruturas físicas e humanas na área da saúde é um elemento base para melhorar a qualidade de vida das populações rurais, prolongar a sua longevidade e diminuir a taxa de mortalidade.

Miguel Gonçalves Mbomba, Pedro Damião Henriques, M.^a da Conceição Rego e M.^a Leonor da Silva Carvalho

O mesmo se passa em relação à educação, com vista a atingir o primeiro grande objectivo desta, levar todas as crianças em idade escolar para a escola, para depois se passar para outros objectivos como prolongar o número de anos de escolaridade. No futuro, a diversificação da oferta escolar, com a generalização da existência de cursos técnico profissionais, parece-nos ser uma solução a encarar de forma muito realista.

Fomento da agricultura sustentável, diversificação das espécies cultivadas e a respectiva diversificação nutricional

Os municípios em estudo apresentam características naturais invejáveis para a produção vegetal e animal ao longo de todo o ano. Assim, para além das culturas que actualmente se fazem, como a mandioca, o feijão, o milho, o amendoim, a batata doce, o abacate, o ananás e a banana, a região apresenta condições favoráveis à produção de outras culturas como é sugerido por Diniz (1998). A produção pecuária é reduzida pelo que o seu fomento parece-nos ser um elemento fundamental para melhorar a captação de receitas e a dieta alimentar dos agregados familiares.

Utilização de biofertilizantes

Os agricultores utilizam diferentes tipos de consociações e rotações nos seus processos de produção agrícola e estas deverão ser avaliadas na perspectiva da sua auto-suficiência em termos de nutrientes e sanidade vegetal de modo a que se possa propor aos agricultores melhores soluções técnicas ao mais baixo custo. Nesta perspectiva é necessário potenciar o papel das instituições de investigação agrária de modo a que estas obtenham as melhores soluções para os diferentes sistemas agrícolas angolanos em termos de biofertilizantes.

Controlo de pragas e doenças

A existência de brigadas sanitárias ao nível dos municípios estudados assume relevância especial, sendo de referir a necessidade de existência de serviços de veterinária no município do Alto-Cauale e de criação de uma estratégia de combate à peste suína africana. Do mesmo modo, dois dos municípios estudados estão afectados com a virose da mandioca nomeadamente Alto-Cauale e Negage e que deverão ser objecto de atenção por parte dos serviços sanitários.

Construção e organização de mercados comunais e municipais

A construção de novos mercados e a reformulação dos existentes criando condições para a conservação dos produtos agrícolas, principalmente dos horto-frutícolas frescos, carne e peixe, parece-nos ser um elemento fundamental para que os excedentes de produção contribuam para aumento do rendimento das famílias rurais. A intervenção nos mercados deve estar integrada numa visão intermunicipal e provincial.

Melhorar o acesso ao microcrédito

Melhorar o acesso dos agricultores ao microcrédito e ao crédito de campanha parece-nos ser uma tarefa essencial para qual é necessário sensibilizar as instituições financeiras e promover uma campanha de informação e divulgação para os agricultores nas zonas rurais.

Envolver a mulher rural nos projectos de desenvolvimento rural

O envolvimento da mulher rural nos projectos de desenvolvimento constitui na actualidade, assunto de destaque, diante da necessidade de se encontrarem alternativas viáveis de combate a pobreza que assola o campo, que está para além da questão do exercício dos direitos das mulheres. Neste sentido ganha relevo o conceito de género na formulação de políticas de desenvolvimento rural, numa proposta que procura equilibrar as relações sociais entre o homem e a mulher.

Os dados dos municípios revelam que as mulheres desempenham um papel central na actividade reprodutiva, produtiva e comunitária e que todo esse esforço deve ser reconhecido pelas comunidades locais através de uma gradual integração da mulher nos processos de tomada de decisão e implementação das medidas de desenvolvimento rural.

Apoio institucional e de extensão rural

No que diz respeito a este parâmetro, há muito que fazer, principalmente a dois níveis: reorganização das entidades que intervêm no meio rural e definição do perfil das mesmas. Sendo o foco da estratégia de apoio aos camponeses o município, local onde as Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) desempenham as suas actividades, estas unidades do MINADER devem ser reforçadas e colaborar com as autoridades municipais e as outras instituições presentes, de modo a servir eficientemente as acções de redução da pobreza.

Gestão e acompanhamento dos programas direccionados para o meio rural

Propomos que todos os programas e acções dirigidas ao mundo rural tenham uma gestão integrada ao nível municipal e que nessa gestão participem para além dos técnicos dos serviços de agricultura, as associações de agricultores e os outros parceiros sociais. É imperioso que seja feita uma avaliação periódica de todos os programas e acções em vigor de modo a comparar os objectivos propostos com os resultados obtidos, corrigindo o que está mal e propondo novas soluções.

5. Conclusões

A pobreza continua a ser uma das grandes barreiras para melhorar a qualidade de vida da população em geral. A rapidez com que podemos reduzir a pobreza depende da combinação das escolhas que todos nós fazemos. As políticas destinadas à redução da pobreza devem ter as valências económicas, sociais e culturais e a sua implementação deve ser integrada, pois o mundo rural é uma entidade complexa, mas una.

Os municípios estudados apresentam constrangimentos muito semelhantes que passam por limitações ao nível das infra-estruturas de comunicação, habitação, saúde e educação. O mesmo se passa quando olhamos para o sector camponês, as suas actividades agrícolas, as suas trocas e a sua dieta.

Uma das formas mais eficientes de reduzir a pobreza, e ao mesmo tempo a fome, passa pela garantia da segurança alimentar, através do aumento da produção local e da produtividade. Mas o combate à pobreza passa também pela melhoria das condições de vida da população e pela redução da dependência externa das comunidades, estratégias que, em conjunto com a segurança alimentar, constam das diversas orientações programáticas do governo de Angola.

É de reconhecer que após o longo conflito armado que assolou o país, a partir da paz estabelecida, o Estado tem feito um esforço significativo na redução da pobreza. Este esforço, no entanto, ainda é insuficiente para que os benefícios possam ser sentidos pela maioria da população rural mais frágil.

Dada a importância do sector agrícola e o retomar gradual da sua actividade por parte das comunidades rurais, não haverá actualmente, tanta necessidade de programas de emergência de ajuda alimentar, mas sim de programas de relançamento da produção. A baixa produtividade agrícola representa um forte constrangimento.

O desenvolvimento da agricultura assente em bases empresariais modernas, ou seja, com todo o aparato técnico, é importante, mas é imprescindível a atenção que se deve prestar ao sector camponês, empresas agrícolas familiares, por incorporar em níveis significativos, grandes contingentes de mão-de-obra e de pobres. Os programas de extensão rural poderão ter aqui um papel muito importante se contemplarem medidas específicas para a melhoria nas tecnologias das actividades agrícolas praticadas na região, facilitar o acesso dos agricultores a factores produtivos, tais como sementes melhoradas, fertilizantes e máquinas agrícolas e o acesso ao crédito.

Se os esforços ao nível da produção agrícola local forem bem sucedidos, é de esperar que os excedentes produzidos para o mercado aumentem. A existência de mercados locais, regionais, e acesso aos mercados nacionais, como o de Luanda, afigura-se como a solução para os agricultores aumentarem o seu rendimento.

Para além dos aspectos relacionados com a produção, o apoio a outras actividades domésticas da família, tais como conservação de produtos, práticas de higiene, dieta alimentar, etc., parece ser uma forma de reduzir a pobreza e deverá ser contemplada.

As mulheres das comunidades rurais estudadas desempenham múltiplas tarefas: reprodutivas, produtivas e comunitárias, mas o reconhecimento do papel que desempenham nas suas comunidades ainda não é total pelo que a sensibilização para que tal aconteça é elemento chave para o sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento.

Para a realização com êxito de qualquer actividade de desenvolvimento, é necessário que esta seja planificada, e para que o plano seja exequível que envolva as comunidades quer no seu diagnóstico quer na sua implementação. Para além do diagnóstico participativo, é importante que as comunidades sejam ouvidas na elaboração das soluções a adoptar para os seus problemas e envolvidas na implementação dos programas e medidas que as contemplam. Para além disso os programas e as acções a implementar devem ser avaliados de modo a que se possa tirar lições sobre os aspectos a corrigir no presente ou no futuro.

Referências Bibliográficas

Angola Press, 25 de Dezembro de 2006.

DINIZ, A. C. (1967). *“Os solos e a sua capacidade de utilização com o regadio”*, separata de Fomento, Lisboa.

INE, Nov/1987, Boletim Demográfico, n.º 4.

IDA/MINADER (2004). *“Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural”*, Luanda.

NETO, J, Baptista, F. e Cabral, C. (2006). *“Angola: Agriculturas e Alimentação”* em Angola – Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, Vol. I, Ilídio Moreira (org), Isa Press, Lisboa.

PACAVIRA, R., Pacheco, B. (2006). *“Luanda e sua área periurbana - um desafio de desenvolvimento e de segurança alimentar”* em Angola – Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, Vol. I, Ilídio Moreira (org), Isa Press, Lisboa.

PRIMO, H., Cabral, C e Baptista, F. (2006). *“A lei de Terras da Formulação à Aplicação”* em Angola – Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, Vol. I, Ilídio Moreira (org), Isa Press, Lisboa.

Universidade Católica de Angola (2006). Relatório Económico de Angola. Centro de Estudos e Investigação Científica, Luanda.